

nºs. 19.191 - PRELIMINAR. DA NULIDADE DA DECISÃO DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL. Não se verifica a omissão de análise de qualquer argumento que possa ser considerado importante para o deslinde do litígio. Questões centrais trazidas em impugnação foram devidamente apreciadas na instância a quo. NULIDADE REJEITADA. - MÉRITO. ICMS-ST. BASE DE CÁLCULO DE RETENÇÃO NA OPERAÇÃO INTERNA. Na operação interna sujeita ao ICMS-ST que envolve cerveja, chope, água mineral, refrigerantes, bebidas hidroelétricas e energéticas, deve-se adotar a base de cálculo em conformidade com o artigo 1º, §1º, inc. II da Resolução SEFAZ nº 185/17 e no artigo 4º, inciso III da Resolução 358/18. No que tange aos descontos incondicionais, o mesmo deve integrar a base de cálculo por força do artigo 13, §1º, II da LC 87/96. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.

Recursos nº 78.972 - Processo nº E-04/211/011426/2021 - Recorrente: RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Gustavo Mendes Moura Pimentel - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi rejeitada a preliminar de nulidade da decisão de Primeira Instância, bem como foi negado provimento ao recurso voluntário, para reconhecer a procedência do lançamento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.192 - EMENTA: PRELIMINAR. DA NULIDADE DA DECISÃO DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL. Não se verifica a omissão de análise de qualquer argumento que possa ser considerado importante para o deslinde do litígio. Questões centrais trazidas em impugnação foram devidamente apreciadas na instância a quo. NULIDADE REJEITADA. - MÉRITO. ICMS-ST. BASE DE CÁLCULO DE RETENÇÃO NA OPERAÇÃO INTERNA. Na operação interna sujeita ao ICMS-ST que envolve cerveja, chope, água mineral, refrigerantes, bebidas hidroelétricas e energéticas, deve-se adotar a base de cálculo em conformidade com o artigo 4º, inciso III da Resolução 358/18. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 14/09/2022

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Processo nº SEI-20071-001/000009/2020.

Recurso nº 79.490 - Processo nº E04/211/5879/2021 - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Interessada: M W TRANSPORTES LTDA. - Relator: Conselheiro Antonio Lopes Caetano Lourenço. - DECISÃO: A unanimidade de votos, foi negado provimento ao Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.198 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador da Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 15/09/2022

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Processo nº SEI-20071-001/000009/2020.

Recurso nº 79.502 - Processo nº E04/211/004154/2021. - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Interessada: sga niterói veículos e peças s/a. - Relator: Conselheiro Gustavo Mendes Moura Pimentel. - DECISÃO: A unanimidade de votos, foi negado provimento ao Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.202 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador da Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 21/09/2022

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Processo nº SEI-20071-001/000009/2020.

Recurso nº 79.522 - Processo nº E04/211/009055/2021 - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Interessada: SANTA MÔNICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TAPETES E CARPETES LTDA. - Relator: Conselheiro Antonio Lopes Catano Lourenço. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi negado provimento aos recursos de ofícios, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.206 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador da Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Decisões proferidas na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 22/09/2022

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Processo nº SEI-20071-001/000009/2020.

Recurso nº 79.500 - Processo nº E04/211/01033/2021 - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Interessada: ANTIÓBÓTICOS DO BRASIL LTDA. - Relator: Conselheiro Marcelo Habib Carvalho. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi negado provimento aos recursos de ofícios, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.214 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador da Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Recursos nºs 79.501 e 79.520 - Processos nºs E-04/211/004761/2020 e E-04/211/005302/1010 - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Interessada: MARDISA VEÍCULOS S/A. - Relator: Conselheiro Gustavo Mendes Moura Pimentel. - DECISÃO: A unanimidade de votos, foi negado provimento aos Recursos de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdãos nºs 19.212 e 19.213 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador da Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 29/09/2022

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Processo nº SEI-20071-001/000009/2020.

Recurso nº 79.230 - Processo nº E04/211/008030/2020- Recorrente: TRANSPORTADORA RAMPAZO - EIRELI. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Antonio Lopes Caetano Lourenço - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso voluntário, para reconhecer a procedência do lançamento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.221 - EMENTA: MERCADORIA. Transporte com Documento Fiscal Inidôneo. Toda fundamentação jurídica do lançamento em questão se encontra robusta de modo que restam perfeitamente demonstrados na forma o art. 74 do REPAT todas as circunstâncias de fato e de direito acerca do fato gerador e da infração cometida, quais sejam, pelo fato de já ter sido utilizada para acobertar operação anterior, não descrevendo, assim, operação realmente realizada (RICMS, LIVRO VI, art. 24 XIII). A legislação é precisa ao atribuir a responsabilidade pelo transporte de mercadoria acompanhada de documento fiscal inidôneo ao transportador (Lei 2.657/96, art. 18, IV, "c". No mérito, a responsabilidade tributária por infrações é, em regra, objetiva (CT, art. 136). A atividade fiscal é vinculada e somente pode agir nos ditames da lei como decorrência do princípio da legalidade estrita (CTN, art. 3º). Auto de Infração julgado Procedente". NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO

Id: 2432477

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 17/10/2022

PROCESSO Nº SEI-040161/010379/2022 - APLICO a penalidade de ADVERTÊNCIA à empresa PC EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS

GERAIS - EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 31.179.583/0001-93, por inexequções parciais de acordo com os termos do CONTRATO nº 052/2019, conforme art. 87, Inciso I da Lei nº 8.666/93.

Id: 2432171

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE SEGURIDADE

ATOS DO DIRETOR
DE 17/10/2022

CONCEDE pensão, por morte, a ADEMIR GIRAO DE CARVALHO, no valor de R\$ 10.101,82, correspondente a cota de 100,00%, com fundamento no art. 40, § 7º, inciso I, CRFB/1988, combinado com o art. 14 da Lei 5.260/2008, com efeitos a contar de 18/08/2022, conforme Processo nº SEI-140001/036272/2022.

CONCEDE pensão, por morte, a JOEL SALGADO GONCALVES, no valor de R\$ 11.677,97, correspondente a cota de 100,00%, com fundamento no art. 40, § 7º, inciso I, CRFB/1988, combinado com o art. 14 da Lei 5.260/2008, com efeitos a contar de 09/07/2022, conforme Processo nº SEI-140001/029449/2022.

CONCEDE pensão, por morte, a CARLOS JOSE LEMOS DA COSTA, no valor de R\$ 13.620,90, correspondente a cota de 100,00%, com fundamento no art. 40, § 7º, inciso I, CRFB/1988, combinado com o art. 14 da Lei 5.260/2008, com efeitos a contar de 09/08/2022, conforme Processo nº SEI-040157/003928/2022.

CONCEDE pensão, por morte, a VERISSIMO OUVERNEY, no valor de R\$ 4.731,26, correspondente a cota de 100,00%, com fundamento no art. 40, § 7º, inciso I, CRFB/1988, combinado com o art. 14 da Lei 5.260/2008, com efeitos a contar de 04/05/2022, conforme Processo nº SEI-140001/030774/2022.

CONCEDE pensão por morte a MARCIO ANTONIO DA CRUZ GONCALVES, no valor de R\$ 46.621,31, correspondente a cota de 100,00%, com fundamento no art. 25, inciso III, Dec. Lei 83/75, com efeitos a contar de 20/02/1978, conforme PROCESSO Nº SEI-140001/065551/2020.

CONCEDE pensão, por morte, a MARIA CRISTINA SALDANHA DE ALMEIDA, no valor de R\$ 20.419,05, correspondente a cota de 50,00%, com fundamento no art. 40, § 7º, inciso I, CRFB/1988, combinado com o art. 14 da Lei 5.260/2008, com efeitos a contar de 16/08/2022, conforme Processo nº SEI-140001/036747/2022.

CONCEDE pensão, por morte, a DEBORA DE ARAUJO AFONSO, no valor de R\$ 8.068,25, correspondente a cota de 100,00%, com fundamento no art. 40, § 7º, inciso II, CRFB/1988, combinado com o art. 14 da Lei 5.260/2008, com efeitos a contar de 22/07/2022, conforme Processo nº SEI-040157/002895/2020.

CONCEDE pensão, por morte, a LUIS FERNANDES DUTRA MAGALHÃES, no valor de R\$ 579,45, correspondente a cota de 100,00%, com fundamento no art. 40, § 7º, inciso I, CRFB/1988, combinado com o art. 14 da Lei 5.260/2008, com efeitos a contar de 28/07/2021, conforme processo nº SEI-040157/003729/2021.

CONCEDE pensão, por morte, a JORGE GAMA DOS SANTOS, no valor de R\$ 1.544,51, correspondente a cota de 100,00%, com fundamento no art. 40, § 7º, inciso I, CRFB/1988, combinado com o art. 14 da Lei 5.260/2008, com efeitos a contar de 15/07/2022, conforme PROCESSO Nº SEI-140001/043075/2022.

CONCEDE pensão, por morte, a LEILA MESSEDER DE CARVALHO, no valor de R\$ 3.185,52, correspondente a cota de 50,00%, com fundamento no art. 40, § 7º, inciso I, CRFB/1988, combinado com o art. 14 da Lei 5.260/2008, com efeitos a contar de 22/05/2020, conforme Processo nº SEI-140001/024441/2022.

CONCEDE pensão, por morte, a ANA PAULA OLIVEIRA SANTOS, no valor de R\$ 5.505,14, correspondente a cota de 100,00%, com fundamento no art. 40, § 7º, inciso II, CRFB/1988, combinado com o art. 14 da Lei 5.260/2008, com efeitos a contar de 30/08/2022, conforme Processo nº SEI-140001/037995/2022.

Id: 2432361

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO CONSELHEIRO PRESIDENTE
DE 18.10.2022

PROCESSO Nº SEI-220007/003076/2022 - RATIFICO a inexigibilidade de licitação, referente à participação e inscrição de até 10 (dez) servidores, na modalidade presencial, no curso MASTERCLASS EM SANEAMENTO, no valor global de R\$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais), em favor da empresa HIRIA A NUERNBERGMESSE

CONTRATO	GESTOR	FISCAIS
005/2022 ESSENCEIAL	Maurício Brandão Carneiro - ID Funcional nº 2697381-2 Funcional nº 5717795	Angela Teresa Canal - ID Funcional nº 5035372-1 Alberto de Mattos Brunner - ID. Funcional nº 5717795
009/2022 CS BRASIL	Luciene Fraga dos Santos - ID Funcional nº 4326016-0	Joice Honorado da Silva França - ID. Funcional nº 5125077-2 Deivid Alves Vieira - ID. Funcional nº 5126795-0
010/2022 PORTAS DOURADAS	Angela Teresa Canal - ID Funcional nº 5035372-1	Ana Aline Dantas Cardoso Putz - ID. Funcional nº 5133476-3 Joice Honorado da Silva França - ID. Funcional nº 5125077-2
008/2021 CLARO	Luciene Fraga dos Santos - ID Funcional nº 4326016-0	Glaucio Renato Novaes da Costa - ID. Funcional nº 4325992-8 Felipe Barreiros dos Santos - ID. Funcional nº 4331725-1
006/2021 GL ELETRO	Ariana da Silva Tibau - ID. Funcional nº 5104623-7	Glaucio Renato Novaes da Costa - ID. Funcional nº 4325992-8 Ricardo Alves da Silva - ID. Funcional nº 4147518-6

Art. 2º - Determinar que cópia desta Portaria e sua publicação conste nos respectivos processos.

Art. 3º - Ao Gestor e aos Fiscais das Comissões caberá os atos concernentes ao acompanhamento da execução do contrato, além do previsto nos artigos 12 e 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16.03.2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da administração pública;

BRASIL, CONGRESSOS E EVENTOS LTDA - CNPJ nº 36.624.014/0001-23, em conformidade com o art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, de acordo com o Parecer 191 da Procuradoria da AGENSERA (SEI Nº 4121244).

Id: 2432499